



AS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS DO PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO: ANALISANDO UM LIVRO DIDÁTICO DE EJA

Fabírcia Vieira de Araújo¹

Karolyna Maciel dos Santos Cordeiro²

RESUMO: O presente texto tem como finalidade apresentar uma breve análise sobre as políticas públicas sociais que abordam o livro didático, voltadas para a modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Para tal, propõe-se, num primeiro momento, uma discussão sobre o âmbito da EJA e suas contribuições para o processo educacional no Brasil. Posteriormente, tratar-se-á do Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos (PNLD EJA), tendo como foco a análise de um livro de Letramento e Alfabetização e Alfabetização Matemática. Por fim, também será verificado se a referida obra está em conformidade com a resenha colocada no Guia de livros didáticos PNLD EJA 2011. A metodologia empregada será a análise documental com análise de discurso.

Palavras-chave: Política pública educacional; PNLD EJA; Livro didático.

INTRODUÇÃO

Ao longo dos últimos 30 anos, não é difícil constatar que o livro didático tem sido um assunto muito trabalhado e discutido entre os pesquisadores nas universidades. É possível verificar sua inserção em um amplo programa implantado pelo governo federal, também muito estudado na academia, que atinge grande parte das escolas públicas do país, a saber: O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

Considerando o PNLD na modalidade EJA, os objetivos deste trabalho são: analisar um Livro Didático de Letramento e Alfabetização e Alfabetização Matemática na modalidade EJA; verificar se o livro analisado atende ao edital de convocação às editoras; averiguar se o mesmo livro está de acordo com a regulamentação (expressa aqui pela resenha apresentada no

¹Estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), em Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro.

²Estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), em Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro.

Guia de livros didáticos 2014 para a EJA). É importante ressaltar que o Guia possui as informações necessárias sobre as obras didáticas que foram avaliadas pelo PNLD EJA, podendo auxiliar os educadores nas escolhas dos livros que acharem mais convenientes em seus trabalhos na escola.

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Para se falar em Educação de Jovens e Adultos no Brasil é necessário delimitar qual modalidade deste tipo de ensino se está abordando. A EJA no Brasil possui duas modalidades, uma em nível fundamental, na qual se compreende a alfabetização e o letramento em língua portuguesa e matemática; outra em nível médio, que pode ser integrada a formação inicial ou continuada, atrelada ao Ensino Médio e Técnico Profissional. A modalidade que se pretende abordar neste estudo é a primeira supracitada, ou seja, a de nível fundamental que abrange a alfabetização.

Raras são as políticas públicas educacionais que versam sobre a EJA, haja visto que as existentes estabelecem propostas descontinuadas do ensino regular. A EJA compreende um conjunto de aprendizagens nas disciplinas com conteúdos e práticas educativas que integram o currículo, mas não contemplam um ciclo único, podendo ser organizadas de diferentes formas. De acordo com as distintas formas de oferta da EJA no país, também ocorrem diferenças em termos de organização de ensino, diferentes propostas curriculares e público alvo com características diversas. Assim, segundo Moura *et al.* (2006, p. 16) “a EJA, em síntese, trabalha com sujeitos marginais ao sistema, com atributos sempre acentuados em consequência de alguns fatores adicionais como raça/etnia, cor, gênero, entre outros”.

Abordando o público diversificado que procura a EJA, percebe-se que sua maioria é constituída por jovens, que acessam a educação de jovens e adultos, na maioria das vezes, por insucesso no Ensino Fundamental Regular. Considerando as desigualdades socioeconômicas, é possível ver a realidade brasileira, na qual as crianças são obrigadas a trabalhar desde muito cedo, auxiliando no sustento da família. Neste caso, encontram dificuldades em conciliar a rotina de trabalho com a escola, tendo muitas vezes que abandonar os estudos e continuar trabalhando para sobreviver. Muitos jovens e adultos procuram retomar seus estudos em

busca de melhores empregos, que visam maior escolaridade. É aí que tem o contato com a EJA, que se torna uma alternativa para alcançarem seus objetivos sem ter que parar de trabalhar.

Partindo do princípio Constitucional de que todos têm direito à educação, coloca-se que, para ser um cidadão pleno, dotado de direitos sociais, aponta-se que qualquer cidadão brasileiro tem o direito de participar dos benefícios da sociedade, como desfrutar da educação. Neste caso, não se define a qualidade desta educação, haja visto que o ensino regular não dá conta de que todos tenham uma aprendizagem significativa. Mesmo assim, o sistema de ensino não pode privar a ninguém de usufruir de suas benfeitorias e precisa estar no espaço escolar, em qualquer idade que esteja. Assim, Angela de Castro Gomes constata que a luta dos brasileiros pelos direitos de cidadania “se desenvolveu e ainda se desenvolve segundo ritmos diferenciados e assimétricos. (...) O que se verifica é que o processo pode ter avanços, mas também pode sofrer recuos.” (GOMES, 2003, p.166). De qualquer forma, além de ser apreendida, a cidadania também necessita ser uma prática cotidiana, deve fazer parte da vivência dos indivíduos.

Aceitar que o processo de conhecimento é uma produção social e coletiva, sem desprezar a indispensável participação do indivíduo, é romper com parte da lógica de que a aprendizagem é resultado de "transmissão de conhecimentos" e de que o lugar de fazer isto é a escola. Mesmo sabendo, na prática, que esse saber da escola, quando se deu, não mudou as condições de vida, a representação que as pessoas trazem da escola é fortemente impregnada dessa fantasia (MOURA et al. 2006, p. 28).

Contudo, vemos que o papel da escola se constitui em, não apenas transmitir o conhecimento, mas sim caminhar junto com seus alunos no processo de aprendizagem, pois cada um possui conhecimentos adquiridos com sua experiência de vida, conhecimentos estes que não podem ser desprezados em detrimento a outros que se julgam mais importantes.

Ainda sobre os sujeitos envolvidos na EJA, não apenas os alunos jovens e adultos, é importante que estejam abertos a inovações e comprometidos com os objetivos dessa modalidade, como agentes solidários na produção coletiva de um projeto social, conscientes da sua condição de inacabamento enquanto seres humanos em permanente processo de formação (MOURA et al. 2006, p. 18).

Frente a esta citação, importa mencionar o trabalho do professor perante a educação de seus alunos de EJA. Mediante à escassez de material didático de qualidade, uma vez que os poucos existentes não são constituídos pedagogicamente com objetivos claros e sem considerar os conhecimentos prévios dos alunos, o professor encontra-se desafiado, desde o momento de seu planejamento, a buscar intervenções adequadas para suas situações de aprendizagem. É neste contexto que o jogo pedagógico se insere, colocando-se como um suporte eficaz no alcance das metas de aprendizagem. Observando que a produção de material didático lúdico toma o tempo do professor e geralmente não é feita com os alunos, é visto que os jogos se diferenciam em sua proposta, uma vez que com eles é possível contar com a ajuda dos alunos na sua confecção para que aprendam como fazer e para que a aula não se torne algo engessado e maçante.

O PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO ENQUANTO POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL - UM ENFOQUE NO PNLD EJA

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) é aqui entendido como um proeminente exemplo de política social pública, voltada para o âmbito da educação e que focaliza, como remete o próprio nome, o livro didático e os sujeitos que o utilizam na escola.

Criado em 1985, o Programa apresenta como principal objetivo distribuir livros didáticos gratuitamente a todos os alunos do 1º ao 9º ano de escolas públicas do Brasil. Além do mais, o PNLD também auxilia o trabalho docente e contribui na melhoria da qualidade da educação pública, além de promover a avaliação dos livros que poderão ser adotados nas escolas.

Por meio do PNLD a escolha do livro didático passou a ser de responsabilidade da instituição escolar, com a participação dos professores nas críticas, seleção e indicação do material didático; os livros deixaram de ser descartáveis para serem reutilizados por outros alunos; houve um aprimoramento das especificações técnicas a serem obedecidas nas produções dos livros pelas editoras, bem como uma ampliação da oferta para os estudantes de todas as séries, além do fim da participação financeira dos estados.

Em 1992 as verbas do PNLD foram restritas e limitou a distribuição dos livros, mas em 1993 com a Resolução CD FNDE nº 6 foram vinculados recursos com verbas regulares para aquisição e distribuição dos livros didáticos. Após esta regularidade, mais disciplinas foram sendo contempladas gradativamente no Programa, o que contribuiu com o aumento da oferta e o avanço na produção de livros.

Nos dias atuais, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) sustenta o PNLD por meio dos recursos financeiros do Orçamento Geral da União e da arrecadação do salário-educação, o que possibilitou uma distribuição contínua e massiva das obras didáticas.

Em 1996 o MEC iniciou a etapa de avaliação para que se excluísse dos guias os livros que pudessem apresentar algum problema conceitual, de desatualização ou de discriminação. As obras são avaliadas com critérios estabelecidos pelo MEC, classificadas em: “Recomendadas com Distinção (3 estrelas); Recomendadas (2 estrelas); Recomendadas com Ressalva (1 estrela); Não Recomendadas. Todas as obras avaliadas constavam no Guia” (BRITTO, 2011, p. 07 *apud* AMARAL, 2012, p. 1098). Posteriormente, em 2001, o Guia deixou de apresentar as obras não recomendadas e em 2004 parou com a classificação por estrelas. Segundo Knauss (2011), a avaliação se baseava em critérios eliminatórios, que pretendiam corrigir os conceitos e as informações básicas dos livros, além de avaliar os preceitos éticos, a coerência e a adequação metodológica.

A literatura que versa o PNLD afirma que o avanço e o aprofundamento dos critérios de avaliação das obras didáticas possibilitou uma melhoria da qualidade dos materiais didáticos ao longo dos anos, já que as editoras e os autores devem se adequar as várias exigências para permanecerem no mercado. Isso pode representar um indicativo de que o conteúdo do livro esteja em maior consonância com os saberes fundamentais que os alunos necessitam para que possam exercer seu papel de cidadão.

Nesse sentido, é possível entender que o PNLD se traduz em uma política social e educacional de um Estado democrático que está preocupado com o que é ensinado aos seus estudantes, futuros responsáveis pelo país. Só as obras aprovadas na avaliação do Programa é que podem ser utilizadas nas escolas, o que não significa a presença da censura ou limitação da livre iniciativa, visto que o “Estado não proíbe livros reprovados na avaliação de circular no mercado, nem obriga os editores e autores a inscreverem nos programas as suas obras, de modo que se encontram no mercado obras não avaliadas.” (KNAUSS, 2011, p.208).

De acordo com o histórico do PNLD divulgado no *site* oficial do FNDE (2015), verifica-se que no período anterior a 2007, a Educação de Jovens e Adultos ainda não havia sido contemplada por um programa que fosse voltado para o livro didático. Foi apenas com a resolução CD FNDE nº18, de 24 de abril de 2007, que criou o Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA), que se estabeleceu o primeiro passo para a concretização de um programa do livro didático direcionado especificamente para a referida modalidade de ensino.

O PNLA buscou distribuir obras didáticas, de caráter donativo, aos estudantes das entidades parceiras do Programa Brasil Alfabetizado (PBA), com vistas à escolarização e alfabetização de indivíduos que apresentassem a idade de 15 anos ou mais. Posteriormente, em 2009, o público alvo do PNLA passou a abranger não só os discentes das entidades parceiras do PBA, mas também os alunos de turmas regulares de alfabetização de jovens e adultos das instituições escolares públicas.

Naquele mesmo ano, outra publicação fundamental para a expansão do programa do livro didático foi publicada, a saber: a resolução CD FNDE nº. 51, de 16 de setembro de 2009, que regulamentou o Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos (PNLD EJA). Este programa abarca o PNLA, já que também atinge alunos jovens e adultos que estão na etapa de alfabetização. Mas somente no ano de 2010 que o PNLA foi incorporado ao PNLD EJA. Assim, resumidamente, o PNLD EJA atende tanto os alunos das turmas de alfabetização, ensino fundamental e médio das escolas públicas, como também aqueles oriundos do PBA.

O PNLD EJA apresenta a mesma finalidade do PNLD, ou seja, proporcionar gratuitamente obras didáticas de qualidade aos discentes das instituições escolares públicas. O Programa também é sustentado pelo FNDE e conta com a coordenação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD). Assim como no PNLD, o PNLD EJA também utiliza o processo de avaliação dos livros didáticos e também dispõe o Guia do Livro Didático para a EJA.

Segundo Santana (2011):

Uma das diferenças entre os dois programas é a abrangência das disciplinas escolares contempladas. Além das contempladas no PNLD – Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Geografia, História, Inglês, Espanhol, o PNLD EJA contempla a disciplina de Artes e pode entregar aos estudantes, um volume único regional, que atenda as disciplinas História e Geografia. Outra diferença é que os livros didáticos serão consumíveis, isto é, serão

entregues para a utilização dos alunos que passarão a ter a guarda definitiva do material, não necessitando devolver ao final do período letivo.

Santana (2011) também aponta que outra diferença entre o PNLD e o PNLD EJA diz respeito à escolha do livro didático pelo professor. Nesse último Programa, a

[...] escolha não será de uma obra ou coleção por escola, mas de uma única obra de alfabetização para todas as turmas do PBA e de uma única coleção didática para as turmas dos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental da EJA que será adotada em todas as escolas da rede de ensino (BRASIL, FNDE, 2010*apud* SANTANA, 2011, p.55).

Dessa maneira, escolas heterogêneas de uma mesma rede, que possuem distintos Projetos Políticos Pedagógicos, receberão os mesmos livros didáticos a serem utilizados nas turmas de EJA. Isso pode gerar prejuízos à educação, à aprendizagem dos alunos, visto que cada instituição é detentora de suas particularidades. O livro didático escolhido pelo professor deveria estar em consonância com as características de cada escola.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Esta se caracteriza como uma pesquisa qualitativa e bibliográfica, baseando-se em artigos de periódicos e livros para sua fundamentação teórica. A metodologia a ser empregada neste estudo será a análise documental, que é usada para identificar elementos que representam conceitos ou ideias num determinado documento, neste caso servindo para verificar se o formato do livro didático a ser analisado está de acordo com a regulamentação e o padrão apontado no Guia.

Iniciamos por analisar a resenha contida no Guia e já verificamos que a mesma está correta quando menciona, em sua página 44, que o livro contém material de apoio, glossário, material dourado, alfabeto móvel e textos para leitura complementar. Todo este material encontra-se de fato nas páginas finais do Livro Didático. Também há concordância quanto ao projeto gráfico, pois o material possui letras grandes que facilitam o entendimento do leitor iniciante.

Na página 46 do Guia, a resenha mostra que o livro possui parlendas e cantigas de roda, demonstrando serem textos para um público infantil. Acreditamos que a questão das parlendas e cantigas de roda está relacionada aos saberes populares. Assim, não se entende

que são textos infantis, mas sim um mecanismo diferenciado para aprender a cultura popular e diferentes gêneros textuais.

Analisando o contexto pedagógico do material, é possível concordar com a resenha do Guia, principalmente quanto afirma que:

A obra oferece, ainda que parcialmente, informações sobre o contexto em que os textos foram produzidos, principalmente dados relativos à autoria. Promove, geralmente antes da leitura, reflexão sobre características do gênero discursivo apresentado, por vezes, sistematizada em boxes. A maioria dos textos é anunciada quanto ao gênero, conteúdo e, algumas vezes, são inseridas perguntas antes da leitura desses, possibilitando a exploração de conhecimentos prévios dos alunos. As perguntas de interpretação, em algumas atividades, conduzem ao desenvolvimento da opinião sobre temáticas dos textos e localização de informações (BRASIL, 2010, p. 46).

Deste modo, percebe-se que a obra promove reflexão por parte do aluno no momento em que mistura perguntas que podem ter suas respostas encontradas no texto e outras que fazem o aluno pensar e elaborar uma resposta com maior criticidade. Não foi visto nenhum indício de reflexão política acerca das questões que se apresentam no livro, nem dos contextos históricos em que os textos foram escritos, mostrando não estar preocupado com a formação de uma consciência política dos alunos.

A obra propõe a discussão de vários gêneros textuais, com enunciados bem contextualizados. Entretanto, oferece poucas chances de reescrita para o aluno.

De acordo com a resenha, “a obra utiliza linguagem adequada, evitando reducionismo, simplificação e infantilização, embora esta última apareça em algumas imagens pontuais” (BRASIL, 2010, p. 47). Neste caso, discordamos em parte deste trecho, uma vez que analisando página por página do livro, é possível notar que na página 191 existe uma parlenda com o nome de ‘Peixinho’, que pode ter sido considerada pelos resenhistas como linguagem infantilizada. Todavia, esta é a única questão que pode ser assim considerada, pois no restante do livro não há mais nada que esteja escrito no diminutivo ou que denote linguagem infantilizada.

No que concerne às informações matemáticas contidas na obra, pode-se analisar que utiliza muitas tabelas e gráficos, muitas vezes colocando estes dois elementos gráficos como similares, o que sabemos não ser verdade. Assim, expõe certa confusão conceitual, bem como apregoa a inadequação na utilização de gráficos para alfabetizar, já que nesta etapa as

informações gráficas devem ser de simples compreensão, aumentando a dificuldade de interpretação de acordo com o avanço dos alunos.

Ainda sobre a parte de alfabetização matemática, percebe-se que esta matéria se coloca em segundo plano na obra, o que não deveria acontecer, posto que o assunto do livro é “ALFABETIZAÇÃO, LETRAMENTO E ALFABETIZAÇÃO LINGUÍSTICA E ALFABETIZAÇÃO MATEMÁTICA”. Portanto, a educação matemática não vem como um conteúdo principal, mas sim está inserida nos conteúdos de língua portuguesa.

Destarte, a matemática é contextualizada de acordo com a realidade social do aluno de EJA, mas contempla poucos exercícios. Esta percepção também foi absorvida na resenha, quando na página 48 do Guia traz a seguinte análise: “Apesar de buscar frequentemente a articulação dos conteúdos matemáticos com outros campos e com as práticas sociais de alunos da EJA, muitas vezes, a matematização dessas situações é pouco explorada”.

Falando sobre a modalidade EJA, percebe-se que ela própria traz consigo uma carga social muito grande, pois denota noções de inclusão social, redução da pobreza através do conhecimento, além de possuir grande demanda na educação na vida adulta. O material didático pensado para o EJA vem sendo discutido desde 1940, mas foi com o PNLD EJA em 2009 que o segmento obteve maior visibilidade e conquistou espaço na regulamentação do Programa.

A análise desta obra, juntamente com a sua resenha, mecanismo de auxílio para escolha do Livro Didático pelos professores, nos fez perceber que tal ferramenta é escrita com seriedade, mas, quando o professor está prestes a escolher o livro com o qual vai trabalhar, deve verificar os detalhes que se encontram nas entrelinhas, a fim de buscar as incongruências que podem se esconder ali. Com isto, poderá avaliar se o livro será ou não útil para seu fazer pedagógico, baseado não só na resenha, mas também nas suas próprias experiências e conclusões.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, A. et al. **Meta do Saber: Letramento na Alfabetização de Jovens e Adultos**. 6. Ed. Ampliada e revisada. Fortaleza: Editora IMEPH, 2009.

AMARAL, S. R. R. do. **Políticas Públicas para o Livro Didático a Partir de 1990: o PNLD e a regulamentação das escolhas do professor.** IN: *Semana da Educação*, Londrina, 2012, pp. 1091-1103. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/semanadaeducacao/pages/arquivos/anais/2012/anais/politicaseducacionais/politicaspublicaparaolivrodidatico.pdf>>. Acesso em: 23 de ago. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução n° 18, de 24 de Abril de 2007. Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos - PNLA 2008. Brasília, DF: MEC/FNDE.

BRASIL. Ministério da Educação. Guia de livros didáticos: PNLD 2011: EJA/Ministério da Educação. – Brasília: MEC; SECAD, 2010.

_____. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução n° 42, de 28 de Agosto de 2012. Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) para a educação básica. Brasília, DF: MEC/FNDE.

_____. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução n° 51, de 16 de Setembro de 2009. Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos (PNLD EJA). Brasília, DF: MEC/FNDE.

CAVALCANTE, A. P. R.; *et al.* **O Livro Didático Como Política Educacional E O Processo Da Sua Escolha: Uma Experiência Em Municípios Cearenses.** IN: XVI ENDIPE- Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino. UNICAMP, Campinas: Junqueira e Marim Editores, 2012, pp. 1923-1934. Disponível em: <<http://www2.unimep.br/endipe/2169p.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2013.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-historico>. Acesso em: 07 mar. 2015.

GOMES, A. de C. Venturas e desventuras de uma república de cidadãos. In: ABREU, Martha e SOIHET, Rachel. (Orgs.) **Ensino de História, conceitos, temáticas e metodologia.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra/Faperj, 2003.

KNAUSS, P. Ensino Médio, livros didáticos e ensino de História: desafios atuais da educação no Brasil. IN: FONSECA, Selva Guimarães; GATTI JR., Décio.(org.). **Perspectivas do Ensino de História: ensino, cidadania e consciência.** Uberlândia: Edufu, 2011.

MOURA, D. H. *et al.* **EJA: Formação Técnica e Integrada ao Ensino Médio.** Programa Salto para o Futuro/TV Escola/SEED/MEC. Boletim 16. Set. 2006.

SANTANA, L. G. de. **Análise do material impresso de matemática do Peja: reflexões baseadas no PNLD EJA 2011.** 2011.157 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://www.educacao.unirio.br/uploads/Disserta%C3%A7%C3%B5es/Disserta%C3>>

A 7 % C 3 % A 3 o % 2 0 P P G E d u % 2 0 -%20Luciana%20Getirana.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2015.